



## O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS ATITUDES POLÍTICAS DOS JOVENS DA ASSEMBLÉIA DE DEUS EM PORTO ALEGRE/RS<sup>1</sup>

André Luis dos Santos<sup>2</sup>

### Resumo

O trabalho visa investigar os efeitos do dogma religioso no processo de socialização política dos jovens da Igreja Assembléia de Deus (AD) em Porto Alegre/RS. Parte-se da premissa de que a *práxis* discursiva de algumas denominações evangélicas mais ortodoxas do ponto de vista do controle social exercido sobre o conjunto dos adeptos, possa influir diretamente no processo de socialização política dos jovens que freqüentam mais assiduamente os templos e atividades afins. A hipótese é de que quanto mais elevado for o dogmatismo, maior será a probabilidade de desenvolvimento de uma personalidade orientada para a desvalorização da política. O estudo justifica-se pelo fato de que, de acordo com prognósticos baseados nas taxas de crescimento dos evangélicos nas últimas décadas, para o próximo censo demográfico, em 2010, estima-se que haverá, apenas no Brasil, cerca de 35 milhões de fiéis pentecostais. Destes, dois terços, ou pouco mais de 23 milhões, pelo menos, serão assembleianos, o que leva a crer que, ao lado dos fatores socioeconômicos, culturais e políticos atuais, os novos fatores religiosos surgidos a partir da segunda metade do século XX, e representados pelas diferentes formas de simbiose dos indivíduos com o Sagrado, também devem merecer destaque na agenda acadêmica, sobretudo nos estudos que se dedicam à temática da juventude.

**Palavras-Chave:** Religião; Pentecostalismo; Juventude; Socialização Política.

### Introdução

A Globalização, uma das várias facetas da chamada crise da Modernidade, exerceu seus efeitos nefastos não apenas diretamente na esfera político-econômica mundial, mas, também, indiretamente, em outras dimensões da realidade social, particularmente entre as camadas populares das nações periféricas. As transformações no perfil das religiões, bem como as mudanças de comportamento verificadas entre os religiosos brasileiros, mais particularmente os evangélicos pentecostais e neo-pentecostais, demonstram, de certa maneira, um esgotamento da capacidade do Estado em prover condições mínimas de sobrevivência para as classes mais carentes economicamente e, na mesma medida, uma

---

<sup>1</sup> O Presente artigo foi extraído da Dissertação de Mestrado intitulada Religião e Política: socialização e cultura política entre a juventude da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus em Porto Alegre – RS, defendida junto Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, no segundo semestre de 2008. O objetivo foi investigar os efeitos do dogma religioso na estruturação das atitudes políticas dos jovens daquela denominação evangélica pentecostal, enfocando, sobretudo, o processo de socialização, bem como o perfil da cultura política, os padrões de associativismo e os mecanismos institucionais de *empowerment*.

<sup>2</sup> Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais; Mestre em Ciência Política pela UFRGS.

progressiva desilusão dessas populações com a democracia e com os atores políticos. Dessa forma, essas camadas populacionais desde meados do século passado vêm seduzidas por promessas de ascensão social imediata e sem esforços através de uma relação utilitarista com o Sagrado. A Teologia da Prosperidade, presente nos discursos das lideranças eclesiais dessas denominações religiosas tem dado o tom de convencimento necessário para transformar o fenômeno da conversão evangélica, no Brasil, nas últimas décadas, assim como a inserção de representantes da maioria das denominações que compõem este segmento religioso na esfera política, num tema instigante para a agenda acadêmica.

Por outro lado, uma menor parte dessas igrejas, cujos dogmas assumem um caráter mais intransigente no âmbito da moral, dos costumes e dos comportamentos, assume uma postura declaradamente apolítica. Ou seja, negam, ao contrário das denominações mais progressistas, toda e qualquer conexão com a política, suas instituições e seus representantes, o que nos leva a crer que a *práxis* discursiva difundida entre os simpatizantes dessas denominações pode, de alguma maneira, influir no processo de socialização política dos jovens que freqüentam mais assiduamente os cultos.

Vários estudos têm mostrado que, em face da crise de representatividade e de legitimidade dos partidos políticos junto à sociedade brasileira, algumas denominações religiosas, prioritariamente as que compõem o segmento evangélico – pentecostal e neopentecostal – têm despontado como instâncias representativas alternativas às instituições político-partidárias. Este fenômeno torna-se possível, por um lado, através da adoção, por algumas denominações pentecostais, de uma *práxis* mercadológica nos assuntos do Sagrado e, por outro, da reconfiguração dos púlpitos em palanques eleitorais. Tal fato tem maximizado a visibilidade social, além de aumentar o poder econômico e político destes segmentos evangélicos.

Entretanto, poucos estudos têm sido realizados na dimensão oposta. Ou seja, verificar em que medida os discursos reacionários e/ou apolíticos de determinadas denominações religiosas têm obstaculizado a compreensão e a participação política dos seus quadros de fiéis. Conseqüentemente, muito pouco tem sido produzido no sentido de avaliar os prováveis efeitos da “demonização” da política pelas igrejas pentecostais mais conservadoras, ou, num cenário menos radicalizado - mas nem por isso de caráter menos alienante -, os resultados dos discursos orientados pela apatia e pelo desinteresse implícito dessas lideranças para o processo de socialização política dos grupos de jovens presentes nessas organizações religiosas. Nesse sentido, este trabalho aborda os efeitos da tradição apolítica, presente, explícita ou implicitamente, nos discursos das lideranças eclesiais, no

processo de socialização dos jovens da mais conhecida das denominações evangélicas atuais, a Assembléia de Deus<sup>3</sup> (doravante intitulada pela sigla AD). A intenção é problematizar o processo de socialização política da juventude assembleiana enfocando, particularmente, os potenciais efeitos do apoliticismo subentendido na *práxis* discursiva da maioria das suas lideranças no processo de socialização política do seu segmento jovem em Porto Alegre/RS.

### **Socialização Política**

Socialização é um conceito multidisciplinar e passível de inúmeras interpretações teóricas. Tem sido largamente utilizado pela Pedagogia, pela Sociologia e, também, pela Psicologia Social, sobretudo, nos assuntos que abordam a temática da juventude. Dentre os autores que trataram dessa temática, Durkheim (1973) é considerado como aquele que mais contribuiu para a distinção do conceito de socialização como objeto de investigação sociológica. Dentro da visão integradora presente no estrutural-funcionalismo durkheimiano, a educação constitui-se no dispositivo em que regras, valores, atitudes e comportamentos são inculcados nas novas gerações de indivíduos. Ou seja, é através do processo educacional que a sociedade se auto-reproduz e perpetua as estruturas de sustentação da sua própria existência. Assim, para Durkheim, o processo educativo só é possível quando há uma geração de adultos exercendo uma ação pedagógica sobre uma geração de indivíduos jovens, adolescentes e crianças.

De acordo com determinadas variáveis estruturais (adaptabilidade, realização de objetivos, integração e manutenção de padrão) Parsons analisa e formula os sistemas sociais, e nessa perspectiva é que podemos compreender o papel das instituições educacionais na atribuição de papéis e na diferenciação de indivíduos, respondendo a determinados valores sociais. Tendo o modelo da sociedade americana de seu tempo como referência, Parsons faz uma proposta social e educacional sistêmica, porém, movida pelo desempenho individual dos atores, numa concepção democrática-liberal. Por isso, a falta de capacidade intelectual poderia resultar em delinqüência ou em outras formas de anomia social (MORROW; TORRES, 1997).

Althusser (1985) foca sua análise nos chamados “aparelhos ideológicos do Estado” (AIE), aos quais define como instituições de socialização e de reprodução das ideologias da classe dominante. Segundo o autor, os AIE seriam espaços onde se manifestam as lutas de

---

<sup>3</sup> A AD pode ser considerada como uma denominação doutrinariamente conservadora nos aspectos éticos e morais dos ensinamentos bíblicos. Contudo, possui forte representação no Parlamento, compondo a maioria da chamada Bancada Evangélica, mas que, segundo a totalidade dos entrevistados inquiridos neste estudo, não possui estratégias definidas de apoio aos seus candidatos filiados, ficando a natureza e o nível de apoio eleitoral a cargo dos pastores de cada congregação. Por fugir ao escopo investigativo deste trabalho, este assunto será tratado em outra oportunidade.

classes. São AIE a escola, os sindicatos, a Igreja, entre outros. Em relação à primeira, Althusser afirma que sua função é reproduzir a ideologia dominante como condição *sine qua non* para a reprodução das relações materiais e sociais de produção; a teoria althusseriana da educação é marcada, portanto, pela ênfase na reprodução da ordem dominante e obsoleta na capacidade da educação enquanto instrumento de transformação social.

Sob a perspectiva da teoria dialética da superestrutura, Gramsci (1991) defendia que toda relação hegemônica é necessariamente uma relação pedagógica. O Estado age na superestrutura através de dois canais fundamentais: o senso-comum e a hegemonia. Nesta última, há um *quantum* de liberdade do dominado para que este pense que é livre; só assim a hegemonia é possível. Logo, a hegemonia da classe dominante é atingida por intermédio da reprodução do senso-comum. Ou seja, através da difusão das ideologias.

Mais contemporaneamente, Berger e Luckmann (1995) possibilitaram um avanço no paradigma durkheimiano ao criar uma distinção conceitual entre socialização primária e socialização secundária. Segundo eles, a socialização primária consiste na incorporação de saberes referenciais básicos, onde a linguagem assumirá, para a criança, a função de objetivação do mundo exterior, permitindo-lhe refletir e projetar ações futuras e passadas. Por outro lado, a socialização secundária traduz-se na “interiorização de submundos institucionais especializados” e/ou na aquisição de saberes específicos e de papéis, direta ou indiretamente, enraizados na divisão do trabalho. Ou seja, ao contrário dos saberes de base da socialização primária, os saberes adquiridos durante a socialização secundária são definidos e constituídos em referência a um campo especializado de atividades, adquiridos, sobretudo, nas instituições escolares.

Um traço comum que permeia a maioria dos estudos que se ocupam dos processos de socialização diz respeito à importância atribuída aos espaços físicos onde eles se dão. Neste caso, percebe-se um consenso entre a maioria dos autores de que a família e a escola, entre diversas outras dimensões da vida humana<sup>4</sup>, ainda permanecem como as duas principais instâncias de socialização, apesar dos impactos diretos da crise econômica e social pela qual tem atravessado o continente latino-americano e, particularmente, o Brasil, dados os níveis alarmantes de desigualdade social, concentração de renda e corrupção aqui existentes. Também tem contribuído para a crise de valores das agências tradicionais de socialização a inserção desigual das diversas camadas sociais na chamada *sociedade da informação* (SOUZA, 2004; NAZZARI, 2007), a crescente violência urbana (MORAES, 2007), bem como os impactos da progressiva desestruturação do mundo do

---

<sup>4</sup> Outras esferas socializantes citadas por Schmidt (2001, p. 76) são: grupos de pares, Igreja, ambiente de trabalho, partidos políticos, movimentos sociais e mídia.

trabalho e as profundas transformações culturais nas chamadas sociedades capitalistas pós-industriais (HARVEY, 2003).

A forma com que esses e outros problemas atuais têm afetado a estrutura interna e a função social, tanto da família nuclear quanto da escola formal, tem levado uma série de autores a atribuir maior importância no processo de socialização a outras esferas como a mídia, a Igreja e as diferentes formas de manifestação cultural<sup>5</sup>. Essa mudança de parâmetros analíticos nos estudos de socialização reforça a problematização e aprofunda as discussões sobre a natureza e os mecanismos socializadores manifestados na sociedade contemporânea que passam a ser caracterizados pela heterogeneidade das experiências adquiridas pelos indivíduos nas diversas esferas sociais e a partir da vivência de diferentes papéis sociais (SETTON, 2002; SCOTT; CANTARELLI, 2004).

A idéia de que as transformações culturais em curso no mundo globalizado enfraquecem o papel socializador da família e da escola e fazem emergir novas instâncias de socialização e, conseqüentemente, de formação de caráter, está fortemente vinculada aos valores e comportamentos adquiridos e reproduzidos nos jovens através da heterogeneidade de experiências por eles vivenciadas. Esse movimento potencializa o fenômeno social da violência generalizada que atinge, por sua vez, as instituições socializadoras clássicas: a família e, principalmente, a escola.

Em Ciência Política, mais especificamente, o conceito tem sido utilizado de maneira mais ou menos inequívoca. Trata-se de um desdobramento do conceito de socialização, emprestado da Sociologia da Educação e amplamente empregado na Educação. Define-se como o “processo pelo qual uma cultura política é transmitida e inculcada na geração mais nova pela mais velha. Através desse processo, as orientações políticas dos mais velhos são mantidas e reforçadas ou podem vir a ser modificadas por influxo da ação de variados agentes” (SOUZA, 1983, p. 64).

Para Schmidt (2001, p. 67), socialização política refere-se ao “processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações”. Para o autor, não se pode afirmar quando a socialização política ocorre, haja vista que ela não se constitui num momento cronologicamente determinado na vida dos indivíduos e, muito menos, no resultado de um processo objetivo de transmissão de orientações políticas.

---

<sup>5</sup> Grande parte dos autores que relacionam os complexos processos de socialização na atualidade à temática da juventude tem centrado suas análises no papel das novas agências socializadoras. Schmidt (2001, p. 77) assevera que, “quando o meio familiar oferece condições desfavoráveis nos aspectos econômicos e sócio-culturais, outras agências podem ter um peso maior na formação das atitudes políticas”.

Ela é fruto das experiências vivenciadas, especialmente, nas tradicionais agências de socialização: família e escola<sup>6</sup>.

Todavia, é fato que o processo de globalização tem acentuado algumas semelhanças e afinidades na socialização política em diferentes países. Por pressuposto, tais similitudes de atitudes e comportamentos políticos poderiam estar sendo impulsionadas, principalmente, pela cobertura e transmissão de escândalos políticos envolvendo corrupção, conflitos sociais violentos, baixa qualidade dos serviços públicos e, fundamentalmente, pela descrença por parte da maioria dos cidadãos de que a democracia possa verdadeiramente solucionar as mazelas sociais para os quais ela foi instituída. Por conseguinte, todo esse ambiente desfavorável tem gerado um sentimento de distanciamento e de apatia dos cidadãos no que diz respeito à esfera política. Contudo, ainda segundo Schmidt, “a própria lógica contraditória presente na globalização impede qualquer afirmação de um padrão generalizável de socialização política nos dias atuais” (p. 118).

Em relação ao Brasil e ao restante do continente latino-americano, o autor parte do pressuposto de que se não há um padrão generalizável do conceito, logo, importar teorias explicativas produzidas nos países centrais (EUA e Europa) e, portanto, fora da nossa realidade social, para, a partir daí, tentar interpretar o contexto em que se dá a socialização política em nossa região, requer a participação direta da *intelligentsia* local. Segundo ele, diversos fatores das mais distintas ordens têm colaborado para determinar um padrão de socialização política aquém do satisfatório nos segmentos jovens da população e, portanto, prejudicial à constituição e à consolidação de uma futura democracia substantiva na região. As conseqüências da globalização para o conjunto dos países periféricos e, mais particularmente, para as suas camadas populacionais menos favorecidas economicamente, associado à incompetência estatal em resolver os dilemas sócio-econômicos, têm gerado um progressivo sentimento de desconfiança e de descontentamento para com a democracia e suas instituições políticas (SCHMIDT, 2001; BAQUERO, 2004).

Finalmente, cabe ressaltar que embora a Educação, a Sociologia e a Psicologia Social sejam áreas do conhecimento em que abundam estudos sobre juventude, em Ciência Política, a temática coloca-se ainda de maneira muito pontual, mas nem por isso de maneira menos promissora, principalmente nos estudos de cultura política<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Schmidt (2001, p. 83-86), também dedica grande importância à mídia como agência de socialização, principalmente a partir dos anos 1960. Segundo ele, a mídia, representada particularmente pelos meios de comunicação de massa, tem exercido uma forte ação pedagógica e condicionadora sobre as novas gerações. “A mídia eletrônica, especialmente a televisão, contribuiu para a alteração profunda de toda a vida social” (p. 83).

<sup>7</sup> Em Ciência Política, estudos sobre cultura e socialização política (NAZZARI, 2007; BAQUERO et al, 2004; SCHMIDT, 2001) têm despontado na agenda acadêmica no sentido de investigar o papel que os jovens vêm desempenhando na sociedade brasileira atual e os efeitos diretos dos comportamentos, atitudes e crenças na consolidação do regime democrático. Assim, investigar a maneira pela qual a juventude adquire capacidades que

## Cultura política e juventude: contextualizando a análise

A literatura acadêmica sobre cultura política, no Brasil, tem evidenciado um alto grau de desconfiança e de descrédito, mas, especialmente, de afastamento da população em relação às instituições políticas e aos políticos em geral. Esse resultado negativo do ponto de vista da consolidação democrática no Brasil pode ser explicado sob vários aspectos. Na dimensão econômica, pelos efeitos da economia globalizada que afetam principalmente as populações de baixa renda dependentes das políticas assistencialistas do Estado para prover a sua sobrevivência. No campo político, pela prevalência de um estilo de “fazer política” historicamente marcado pelo autoritarismo e pelo patrimonialismo de Estado, pelo clientelismo das massas, pelo perfil messiânico/populista dos candidatos, pela carência de identidade ideológica dos partidos, pela precariedade de dispositivos legais de *accountability* vertical e horizontal, pelo caráter procedimentalista do modelo democrático vigente, pela corrupção e pela má gestão dos recursos públicos. Na dimensão social, pela secundarização das políticas sociais para equacionar os dilemas da desigualdade social e da concentração de renda em favor do pagamento da dívida externa e da satisfação dos interesses das grandes corporações financeiras multinacionais aqui instaladas. Por fim, na esfera cultural, pela herança histórica de um modelo de colonização predatório e pela prática da escravidão negra que transmitiram às gerações posteriores um modelo de relações sociais marcado pelo racismo velado e por uma hierarquização social altamente excludente.

Esse panorama social mostra-se objetivamente desfavorável à consolidação de uma cultura política democrática do ponto de vista do protagonismo dos atores sociais. Nesse sentido, investigar o processo de socialização política dos indivíduos e grupos sociais tornasse fundamental para avaliarmos as suas atitudes, as suas condutas e os seus sentimentos em relação ao sistema político vigente. No caso da juventude brasileira, estudos mostram um distanciamento ainda maior deste segmento em relação aos assuntos sobre política do que os próprios adultos (SCHMIDT, 2001). Uma hipótese bastante mobilizada na explicação desse fenômeno é que a juventude constitui-se no extrato social que mais sofre os efeitos desestruturantes da sociedade globalizada. Não obstante, estes efeitos são inversamente proporcionais à condição sócio-econômica em que está inserida a maioria desses jovens. Esta conjuntura sócio-econômica globalizada desfavorável à juventude latino-americana e brasileira em muito interessa à análise aqui empreendida, haja

---

a legitimam e fortalecem no sentido de pressionar e atuar diretamente nas estruturas de poder vigentes torna-se de grande valia para a compreensão do presente, assim como para a geração de prognósticos sobre o futuro da sociedade brasileira.

vista que, no que diz respeito às denominações pentecostais a juventude evangélica é, segundo a literatura especializada, oriunda, majoritariamente, das classes de baixa renda.

Dentro deste contexto, examina-se a seguir, o padrão da socialização política dos jovens da AD, evidenciando algumas particularidades desse processo através da influência das principais agências de socialização da atualidade: família, igreja, escola e mídia. As análises contidas neste estudo estão baseadas em seis entrevistas semi-estruturadas realizadas ao longo do trabalho de campo, realizado no primeiro semestre de 2008, com lideranças de reconhecida notoriedade e destaque no âmbito da AD, em Porto Alegre/RS<sup>8</sup>.

### **A primazia da socialização latente**

A análise das falas dos entrevistados mostrou uma supremacia da socialização do tipo latente (sobretudo através da família e da igreja) sobre a socialização do tipo manifesta (escola, mídia e demais instituições de socialização). A esse respeito cabe ressaltar a concepção durkheimiana de educação<sup>9</sup> que pode ser empregada na interpretação da socialização dos jovens assembleianos. Durkheim assume uma perspectiva de caráter integralizador, negador das contradições e conflitos sociais<sup>10</sup>. Ou seja, a educação enquanto um mecanismo de imposição de valores, normas, atitudes e comportamentos pelas gerações mais velhas sobre as mais novas. Assim, a manutenção do *status quo* e a hegemonia dogmática seriam dadas pela ação pedagógica dos mais velhos sobre os mais jovens.

Por conseguinte, pode-se afirmar que a natureza pedagógica das atividades educativas e socializadoras experimentadas pelos jovens assembleianos dentro e fora da AD podem ser subdivididas, respectivamente, em dois grupos: um de natureza condicionante e estruturador dos valores, códigos e normas aceitos como centrais na formação do caráter e da personalidade dos jovens adeptos; outro, de concepção mais utilitarista e pragmática. Nesse caso, a educação escolar estaria restrita à dimensão formal da ascensão social, da busca por melhor qualidade de vida, não atuando, por conseguinte, na edificação dos valores desses jovens.

---

<sup>8</sup> O principal critério de escolha dos entrevistados foi que, direta ou indiretamente, eles estivessem exercendo, ou mesmo que já tivessem exercido algum tipo de atividade pedagógica vinculada aos jovens, de preferência, diretamente nos Departamentos da Juventude e na Escolas Bíblicas Dominicais. O objetivo era identificar através dos depoimentos, aspectos da concepção de mundo dessas lideranças que, por conseguinte, estejam sendo transmitidos aos jovens através das diversas atividades pedagógicas e doutrinárias existentes.

<sup>9</sup> No sentido de simplificar a análise, embora haja nuances importantes que os diferenciem metodológica e epistemologicamente, os conceitos de socialização e educação serão aqui tomados por sinônimos.

<sup>10</sup> O caráter consensual é a característica básica da ação pedagógica empreendida na AD, haja vista tratar-se da transmissão de saberes espirituais ancorados sobre os preceitos da fé, e esta não admite dúvidas ou contradições de pensamento.



(...) A gente trabalha e incentiva o ensino secular, mas vai ter divergências porque a nossa bússola é a Bíblia. Se o ensino secular divergir da Bíblia nós vamos mostrar e provar, dentro da Bíblia, o que é certo. (...) o Evolucionismo é para nós uma teoria absurda. Nós cremos que Deus criou o mundo, o homem e a mulher. Essas dúvidas são questões isoladas. Nós não combatemos o que eles aprendem lá [escola]. Agora, se ele trouxer alguma coisa que surgiu, que é um contraponto daquilo que nós ensinamos, é óbvio que, a partir da Bíblia, nós vamos ensinar o que é certo e o que é errado". (Entrevistado)

O enfoque geracional é outro aspecto que também ficou bastante evidente nas falas dos entrevistados sobre o papel da juventude, bem como sobre o papel das atuais lideranças para a reprodução das relações sociais e institucionais na AD. A esse respeito, dois autores apresentam-se como ilustrativos na interpretação das análises. A visão dos mais velhos pode ser compreendida dentro da concepção reprodutivista, credencialista e excludente proposta por Bourdieu (1998). Assim como no sistema escolar laico, as Escolas Bíblicas Dominicais (EBD) e os demais mecanismos de ação pedagógica existentes na AD geram violência simbólica a partir da reprodução da cultura dogmática. O trabalho pedagógico constrói o *habitus* hegemônico que é a forma silenciosa de conceber e de impor das elites religiosas. Além disso, as práticas pedagógicas também restringem ou mesmo excluem os não plenamente integralizados ao sistema. Logo, o caráter conservador das lideranças pode ser explicado pela necessidade permanente de um apoio específico e pela rígida adesão dos fiéis a relações de controle e submissão àquelas, cuja autoridade não emana de estatutos e leis, mas de um Poder Divino, Sagrado e, portanto, inquestionável. Cabe destacar que esta adesão não é produto de um cálculo racional consciente, mas de um longo processo de estruturação da subjetividade que se inicia na infância sob a tutela da família e se consolida na convivência sócio-pedagógica dentro dos templos.

Por outro lado, a visão que a juventude assembleiana tem sobre si mesma também é formalista, generalizante e conservadora do ponto de vista da reprodução da tradição. Mas, do ponto de vista do protagonismo dos atores sociais, ela se mostra menos submissa e mais mobilizada no sentido de ocupar novos espaços antes permitidos apenas aos mais velhos em função da idade e da experiência acumulada. Essa postura mais reivindicatória em busca de reconhecimento pode ser explicada por vários fatores, dentre eles, o maior nível escolar da atual geração de jovens em comparação com as gerações anteriores; a necessária e inevitável adaptação da AD à sociedade globalizada, especialmente no que diz respeito à acomodação da cultura de massa e da sociedade da informação na vida dos fiéis, e à penetração do discurso jovem no seio das lideranças através da assunção de cargos de direção (pastores, líderes de departamentos, professores de EBD) por representantes desse "movimento juvenil" orgânico.

Essa busca de uma nova identidade coletiva auto-referenciada do ponto de vista geracional que vem ocorrendo entre os jovens da AD, remete, de certa maneira, à uma definição sociológica da juventude que prevaleceu nas décadas de 1940/50, fruto da conjuntura social que emergiu ao final da Segunda Guerra Mundial. Mannheim (1980) interpretava a juventude como uma reserva social latente pronta a ser empregada na revitalização da sociedade, como no caso específico de situações de guerra.

Não é muito difícil conjecturar quais as sociedades em que o prestígio cabe aos velhos e em que as forças revitalizantes da juventude não se integram em um movimento, permanecendo apenas como uma reserva latente. Acredito que as sociedades estáticas, que só se desenvolvem gradativamente e em que a taxa de mudança é relativamente baixa, confiarão, sobretudo, na experiência dos mais velhos. Mostrar-se-ão relutantes em encorajar as novas potencialidades latentes nos jovens. A educação destes será centrada na transferência da tradição; seus métodos de ensino serão de mera cópia e reprodução. As reservas vitais e espirituais da juventude serão deliberadamente negligenciadas, visto não haver uma vontade de romper com as tradições existentes na sociedade (MANNHEIM, 1980, p. 49-50).

Mais à frente o autor ressalta que

as gerações mais velhas e intermediárias talvez possam prever a natureza das futuras mudanças e sua imaginação criadora pode ser empregada para formular novas diretrizes, porém a nova vida só será vivida pelas gerações mais moças. Elas viverão os novos valores que os mais velhos professam apenas teoricamente. Aceita esta verdade, a função específica da mocidade é a de um agente revitalizante; é uma espécie de reserva que só se põe em evidência quando essa revitalização for necessária para ajustamento a circunstâncias em rápida mudança ou completamente novas (MANNHEIM, 1980, p. 49-50).

As citações anteriores ilustram que, de certa maneira, definições conceituais e explicações científicas de determinados fatos sociais forjadas para um contexto específico inserido dentro de uma determinada conjuntura histórica podem ser transpostas para interpretar uma nova realidade a fim de explicar fenômenos particulares, como no caso das mudanças de atitudes e comportamentos dos jovens evangélicos. A análise leva a crer que a reestruturação das relações internas que vem ocorrendo na AD orienta as explicações no sentido de uma adequação às formas de interação social presentes na sociedade atual. Contudo, cabe aqui um questionamento: a dinâmica das relações internas à AD é apenas reflexo de transformações sociais mais amplas? Ou essas aberturas não seriam produzidas conscientemente pela cúpula dirigente no sentido justamente de reforçar os mecanismos de cooptação e dominação mantendo, assim, intactos, os cânones da tradição?

### **O papel das principais agências de socialização: família, igreja, escola e mídia**

A partir deste ponto, cabe discutirmos o papel das principais agências de socialização e suas influências sobre a estruturação das atitudes políticas dos jovens da AD: família, Igreja, escola e mídia.

Em relação à família evangélica, sabe-se que o sentido da vida dos fiéis é dado pela religião, sobretudo em denominações auto-referenciadas e fortemente marcadas pelo conservadorismo da tradição, como no caso da AD. Em função disso, há uma profunda imbricação entre família e igreja, enquanto agências de socialização onde as referências daquela acabam por se espelharem nos códigos normativos e valores morais desta última. "Numa espécie de sacralização das hierarquias de gênero e geração internos ao grupo doméstico, pode-se dizer que a família se reproduz na Igreja, ao mesmo tempo em que a Igreja se reproduz na família" (SCOTT; CANTARELLI, 2004, p. 379).

Segundo Berger e Luckmann (1995), a socialização primária distingue-se pela incorporação, ainda na infância, de referenciais básicos, onde a linguagem assumirá a função de objetivação do mundo exterior, permitindo aos sujeitos refletir e projetar ações futuras e passadas. Nesse sentido, o *habitus* hegemônico que será construído a partir do espaço familiar e se reproduzirá ao longo da vida dos jovens da AD, tomará por base os mesmos referenciais que regem as relações internas à igreja. Dessa forma, a família assembleiana configurar-se-á como uma extensão da própria instituição religiosa e tenderá, por conseguinte, a inculcar nos seus fiéis, desde a mocidade, atitudes de desconfiança e de afastamento em relação aos assuntos políticos, em conformidade com a postura apolítica de suas lideranças. Por outro lado, o massivo trabalho pedagógico que é realizado nos departamentos de jovens, desde a infância, dificultará uma possível mudança postural através do processo de socialização secundária realizado por outras esferas socializadoras (escola, clubes, local de trabalho, partidos políticos, organizações do terceiro setor, associações, internet)<sup>11</sup>.

Conforme Schmidt (2001, p. 78), "quando as orientações políticas do pai e da mãe convergem, há um reforço do potencial socializador, e os filhos mais facilmente reproduzem a visão política dos progenitores". No caso da AD, a convergência de orientação apolítica é dada pela preponderância dos valores e crenças produzidos pelo discurso religioso e reproduzidos de maneira velada nos espaços de culto sobre o ambiente familiar. Como a transmissão de atitudes políticas na família baseia-se, sobretudo, na confiança e, no caso da AD, ela se constitui no suporte da dominação pela fé, o processo de socialização dos jovens, dentro de uma perspectiva de afastamento da política, processa-se potencializada

---

<sup>11</sup> Segundo o princípio da primazia, "(a) as orientações políticas são apreendidas durante a infância; (b) o aprendizado infantil modela qualquer modificação posterior; e (c) a escala das modificações posteriores é pequena" (SEARING; WRIGHT; RABINOWITZ apud SCHMIDT, 2001, p. 72).

pelo sentido unívoco em que ela ocorre tanto na família quanto no interior das congregações. Os depoimentos da maioria dos entrevistados convergem para a idéia de que os valores morais da família contemporânea estão fragmentados e confusos e que, portanto, cabe à religião o papel de reestruturar a moralidade e reforçar os laços familiares através da prática do convívio dentro da ética cristã.

Em síntese a centralidade da religião na vida do evangélico, sob o ponto de vista das lideranças da AD, se explica em função da desestruturação, produto da crise de valores, da principal agência socializadora, a família, que, na atualidade, já não dá mais conta da formação do caráter dos indivíduos.

Em relação à Igreja, uma perspectiva que reforça o espelhamento do grupo familiar no *modus vivendi* experienciado nos templos diz respeito ao fato de que as igrejas evangélicas, principalmente aquelas situadas nas periferias metropolitanas, não se apresentam apenas como espaços de culto, oração e louvor. Sua relação com essas comunidades extrapola a dimensão sacra, porque interfere diretamente na vida cotidiana e material dos seus integrantes. A percepção da igreja enquanto espaço de lazer, enquanto agência substituta do Estado no sentido de prover determinadas demandas materiais não contempladas pelas políticas públicas governamentais, e enquanto espaço de refúgio contra a violência urbana configuram-se como três bons exemplos a serem citados. No primeiro caso, a escassez de espaços culturais e de lazer, como praças, clubes, museus e cinemas, impele, naturalmente, os jovens evangélicos para dentro das igrejas reforçando a sua identidade auto-referenciada que acaba tornando-se cada vez mais excluída e autoexcludente dos valores societários mais amplos vivenciados pelos demais jovens que habitam as zonas mais centrais das regiões metropolitanas.

Por outro lado, as igrejas evangélicas desenvolvem projetos assistenciais junto às comunidades carentes onde atuam, realizando diversas atividades sociais tais como distribuição de alimentos e de roupas e assistência a doentes e viciados. Essas práticas sociais potencializam ainda mais nessas a idéia do descaso do Estado com a precária situação de sobrevivência das periferias urbanas, colaborando, assim, para reforçar nas atitudes políticas desses sujeitos, principalmente entre os jovens evangélicos, um sentimento de desencanto e de afastamento da política ainda maior que em outras camadas sociais. Dessa forma, a religião transforma-se numa proteção contra a lógica do “salve-se quem puder” (RENNÓ JR., 1999).

Finalmente, as igrejas funcionam, nas zonas periféricas, como locais de refúgio e proteção para os jovens contra a violência urbana. As altas taxas de desocupação, a existência de “gangues” e “galeras”, a baixa escolaridade da média da população e a

presença da criminalidade, do narcotráfico e da prostituição impõem às lideranças da AD a necessidade de um enérgico controle e de um policiamento constante sobre a sua mocidade visando “combater qualquer possibilidade de que o jovem assembleiano se desvirtue do caminho do Evangelho e se entregue à perdição” (Entrevistado). Para tanto, criam-se diversas atividades cujo propósito fundamental é manter o jovem “ocupado com as coisas do Senhor, deixando-o longe do crime e do pecado” (Entrevistado). Porém, cabe aqui um questionamento: a escassez de recursos materiais, simbólicos e culturais provenientes da condição sócio-econômica desfavorável das populações evangélicas periféricas, associada ao rígido controle institucional e à constante ação pedagógica de inculcação dos preceitos dogmáticos por parte das lideranças da AD dentro da Igreja e reforçado no grupo familiar, não estariam colaborando para obstaculizar ainda mais o processo de socialização política da juventude assembleiana, gerando, assim, indivíduos dotados de um padrão de cultura política ainda mais deficitária e prejudicial à consolidação democrática no Brasil?

Na literatura acadêmica, a escola é concebida, ao lado da família, como uma das principais agências de socialização contemporâneas. No caso da AD, todavia, cabe uma ressalva: a autopercepção que esses jovens são condicionados a ter sobre o conhecimento laico define-se por um conhecimento estratégico de mobilização de recursos visando a um determinado objetivo que é a ascensão social, haja vista que a sua constituição ética e moral é determinada, desde a infância, pelos conhecimentos espirituais transmitidos nas EBD, cultos e demais formas de ação pedagógica, que, por sua vez, são reforçados, como já dito, nas relações familiares.

No caso dos jovens assembleianos, uma ressocialização que imputasse concretamente novos valores, atitudes e condutas através do contato com outras instâncias socializadoras além da família e da igreja, implicaria, sobretudo, numa redefinição da autoreferência identitária: deixa-se de ser um “escolhido de Deus” para tornar-se mais um indivíduo imerso na cultura popular de consumo, o que seria, para qualquer um desses jovens evangélicos, extremamente custoso do ponto de vista psicológico e afetivo, haja vista que a maioria deles são oriundos das classes populares, sendo representados em sua maioria por mulheres negras ou pardas, com baixo nível de escolaridade e renda.

Mormente às congregações assembleianas relacionadas no trabalho de campo realizado em Porto Alegre, os depoimentos atestam para um considerável aumento da escolaridade entre os jovens desta denominação. Segundo alguns entrevistados, a maioria das lideranças atuais tem ensino médio, pelo menos, e boa parte possui nível superior. Contudo, esse aumento apreciável da escolaridade parece não estar causando mudanças muito significativas na rigidez doutrinária em função do trabalho pedagógico realizado pelas

lideranças mais velhas responsáveis pelos rumos a serem tomados pela AD, e que, em sua maioria, são mais conservadoras.

“Hoje em dia muitos dos pastores têm formação superior [cita o exemplo do famoso tele-pastor Silas Malafaia, psicólogo de formação]. A forma com que se vai trabalhar a Palavra de Deus vai ser diferente nesses casos. Então a quantidade de lideranças na AD, hoje, que tem formação superior é muito grande. A liderança está recheada de pessoas desse quilate [nível superior]. Quem vai lidar diretamente com o pessoal vão ser os obreiros, os pastores, os diáconos, os presbíteros. E desses ainda são muito poucos os que têm essa formação. Esses procuram ensinar na base do exemplo: ‘comigo foi assim; contigo também vai ser’. Mas nem sempre é”. (Entrevistado)

Interessante notar que o depoimento remete a uma divisão interna das lideranças determinada em função da escolaridade e do capital simbólico de cada um. E estes atributos credenciam e selecionam os indivíduos que ocuparão os mais diversos cargos da hierarquia funcional da instituição.

Portanto, a difusão de conhecimentos políticos transmitidos no ambiente escolar tenderá a ser obstaculizada pela autopercepção política dos jovens orientada pelos preceitos valorativos do dogma desenvolvidos *a priori* na família e na igreja. Esses jovens, por conseguinte, passarão a conceber a política apenas em sua dimensão procedimental. Os conhecimentos adquiridos através das disciplinas escolares que auxiliariam na constituição de uma personalidade reflexiva ficam, assim, ofuscados dentro de uma visão maniqueísta da realidade imputada por práticas socializadoras não condizentes com as de um cidadão social e politicamente participativo.

Finalmente, em relação à importância dos meios de comunicação de massa na socialização do segmento juvenil, é pacífico na literatura acadêmica que, contemporaneamente, ao lado da família e da escola, a mídia apresenta-se como uma instância socializadora fundamental na estruturação da auto-representação política dos jovens brasileiros. Este estudo, porém, sugere que, no caso de organizações religiosas de perfil dogmático, como no caso da AD, é o constante exercício pedagógico de transmissão e inculcação de um sistema de crenças dogmáticas, estruturante das subjetividades coletivas auto-referenciadas, que orienta a socialização e determina o padrão de cultura política do conjunto dos jovens adeptos. No caso deste estudo, sugere-se que a família, a escola e a mídia seriam, em momentos diferentes, agências socializadoras complementares ao papel da igreja no processo de estruturação social, cultural e política dos seus seguidores jovens.

No âmbito da influência dogmática, a mídia exerce um importante papel socializador. Nesse caso, sua capacidade simbólica tem sido maximizada pela utilização da mídia escrita,

da televisão e, sobretudo, do rádio<sup>12</sup>. O advento da informática também trouxe mudanças significativas nos mecanismos de evangelização que passaram a atingir dimensões transnacionais.

Segundo Schmidt (2001, p. 84), no terreno específico da socialização política, o impacto dos meios de comunicação tem sido avaliado sob o ângulo de sua influência sobre a informação e o conhecimento dos indivíduos acerca do mundo político. Ainda segundo este autor, apesar da massiva exploração de assuntos políticos nos meios de comunicação, o aprendizado político da maioria dos leitores mostra-se deficitário. Isso se dá muito em função do baixo nível escolar da média da população associado à escassez de mecanismos de filtragem das informações pelos cidadãos como, por exemplo, discussões sobre política no espaço familiar, no âmbito do trabalho, da escola e do lazer.

Se este cenário fragmentário de aquisição de informações políticas já se mostra comprometedor do ponto de vista da socialização política dos cidadãos não-evangélicos para a consolidação democrática, o que pensar então do papel das denominações evangélicas apolíticas operando nesse processo? Cabe destacar que o cerne da questão aqui discutida não é o “não acesso” dos fiéis da AD aos meios de comunicação de massa, até porque ele existe e em grande medida. O número de redes de televisão e de rádio, de jornais e de editoras evangélicas torna evidente este fato. A questão premente aqui é o rígido controle do acesso aos meios de comunicação não-evangélicos, fundamentalmente, a televisão. Se mesmo com acesso livre ao rádio, aos jornais, à televisão aberta e a cabo, e à internet, o cidadão comum costuma adquirir um “aprendizado de baixa saliência” (NEUMANN apud SCHMIDT, 2001), como, então, se estruturam as atitudes e percepções políticas dos jovens da AD, senão impedidos, pelo menos desencorajados a buscar informação política fora da mídia evangélica?

Os depoimentos mostraram, em sua essência, uma contradição em referência ao aspecto da busca de informação política pelos jovens da AD através dos meios de comunicação social, pois ao mesmo tempo em que enfatizam a primazia dos preceitos doutrinários na orientação da vida social dos jovens ao afirmar que eles estão preparados para exercer sua cidadania (que pelas afirmações dos entrevistados resume-se à obediência às leis e ao exercício mecânico do voto) através dos conhecimentos obtidos, principalmente no ambiente escolar, também admitem que “o verdadeiro cristão não atinge o sucesso senão pela Graça do Evangelho” (Entrevistado). Ora, se o dogma se constitui na “bússola que orienta a formação moral do evangélico” (Entrevistado), ou seja, que é a partir dele que o jovem assembleiano estruturará suas representações simbólicas, psico-afetivas e

---

<sup>12</sup> A AD, já há uma década atrás, possuía duas geradoras e 47 repetidoras de televisão, além de treze estações de rádio espalhadas pelo Brasil, conforme reportagem da Revista Veja de 02 jul 07.

materiais sobre a realidade social na qual está mergulhado, e que o conhecimento escolar é concebido enquanto estratégico e utilitário, pode-se questionar em que medida este último pode influir concretamente na estruturação do caráter e das atitudes dos jovens da AD em relação aos assuntos vigentes numa sociedade laica e, especificamente, nos temas que dizem respeito à esfera política, haja vista que o sistema pedagógico instituído na AD não promove apenas uma hierarquização da natureza de conhecimentos, mas uma redefinição de princípios valorativos fundamentais baseados na visão de mundo maniqueísta e excludente de sua cúpula dirigente. Dito de outra forma, embora os meios de comunicação não-evangélicos sejam capazes de dotar, mesmo que minimamente, os jovens assembleianos de uma racionalidade interpretativa dos assuntos políticos, como acontece com os demais jovens brasileiros, esses canais de informação têm sido utilizados pelas igrejas evangélicas, visando, principalmente, multiplicar seu quadro de fiéis e, assim, ampliar tanto o seu poder econômico e político, quanto sua visibilidade social (MARIANO, 2004; ORO, 2004). Esta lógica de pensamento, excluindo-se a intencionalidade da ampliação do poder político, aplica-se perfeitamente à AD.

Em resumo, duas conclusões gerais emergem tanto da questão geracional quanto do papel das quatro agências de socialização contemporâneas, aqui investigadas, no processo de socialização política do segmento juvenil da AD. No primeiro caso, parece estar havendo um lento e silencioso movimento de flexibilização das relações internas à AD, principalmente nas congregações em que o público jovem, oriundo das classes economicamente mais favorecidas, tem mais acesso à tecnologia e à informação. No caso das sedes mais periféricas essa abertura inexistente ou é quase imperceptível. Contudo, há, também, uma clara reação das lideranças mais arcaicas, e, por conseguinte, mais ortodoxas, a esse conjunto de mudanças implementadas pelos jovens assembleianos da geração atual, o que tem gerado uma heterogeneidade de posturas e uma profusão de pensamentos no seio das lideranças. Todavia, todo esse processo não parece estar atingindo o núcleo de sustentabilidade da AD que é a sua rígida tradição pautada sobre os ensinamentos milenares contidos no Evangelho. Os mecanismos de doutrinação, inculcação e policiamento dos fiéis são extremamente eficientes neste sentido. A análise leva a crer que as necessárias adaptações da AD à sociedade globalizada são lentas, mas, também, irreversíveis. Resta saber, ainda, se são conscientemente planejadas, e, portanto, controladas pelas elites; se são fruto de um novo padrão relacional imposto de “baixo para cima”, o que tornaria a AD uma denominação mais flexível e dotada de relações mais horizontalizadas, e, finalmente, se essas mudanças atingirão suas crenças e tradições dogmáticas, mesmo que num futuro não tão próximo.



Em relação ao papel das agências de socialização investigadas, é certo que a igreja configura-se como a mais influente de todas. A reprodução da moral cristã no ambiente familiar, o caráter utilitarista da educação escolar, a orientação da mídia no sentido de aumentar seus quadros e ampliar sua exposição social, a condição sócio-econômica de carência material da maioria dos jovens, o intenso trabalho pedagógico de inculcação e controle exercido pelas lideranças, a utilização dos espaços físicos das congregações como espaços de socialização, lazer e proteção, e o papel assistencialista junto às comunidades carentes configuram-se como aspectos importantes na conformação das Igrejas, sobretudo as evangélicas, como organizações sociais de absoluta referência simbólica e material na vida dos seus seguidores.

### **À guisa de conclusão**

Este estudo procurou analisar o processo de estruturação das atitudes políticas do segmento jovem da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus em Porto Alegre/RS, à luz de depoimentos colhidos junto às lideranças dessa denominação que atuam – ou atuaram – direta ou indiretamente nos Departamentos da Juventude e Escolas Bíblicas Dominicais. Foram examinados os efeitos do dogma religioso, marcadamente conservador e permeado por juízos morais apolíticos, presentes nas práticas discursivas das elites religiosas, nas percepções e representações sobre política e seus temas afins que orientam a postura dos jovens da AD relativamente a essa dimensão da realidade social.

Nesse sentido, procurou-se responder, em primeiro lugar, em que medida a tradição apolítica da AD é capaz de influenciar no processo de socialização política do seu segmento juvenil. Os dados mostraram que a socialização política da juventude assembleiana é significativamente alienante. A participação política, assim, é concebida apenas em seus aspectos procedimentais e esvaziados de conteúdo crítico. Embora se reconheça que organizações religiosas não são, por definição, agências de socialização política, cabe-nos questionar qual tipo de cidadania política é produzida no interior de suas redes de sociabilidade permeadas por uma concepção cosmológica de caráter maniqueísta onde o campo político é concebido como o *lócus*, por excelência, da corrupção, da intriga, da mentira e, do qual, todo cristão deve abster-se por correr o risco de cair em tentação e perder, por conseguinte, a “Graça de Deus”.

Todavia, é importante ressaltar que essa postura pessimista não é compartilhada por todas as lideranças da AD. A análise mostrou que há uma heterogeneidade de discursos no conjunto das lideranças, que vão da postura mais conservadora e negadora da simbiose entre religião e política, até outra, de perfil mais flexível que vê benefícios concretos para a igreja na relação direta entre essas duas dimensões. Essa flexibilidade influencia

significativamente a socialização política da juventude. Contudo, embora estejam ocorrendo mudanças significativas nas relações institucionais e na estrutura de poder dentro da AD, a análise leva a crer que essas mudanças não alteraram, ainda, os preceitos e valores que orientam a conduta e regem os costumes dos adeptos, ao contrário de outras denominações que adotaram uma postura moral mais secularizada.

A análise também mostrou que a igreja se constitui como a principal agência de socialização superando as demais em influência no que diz respeito à formação do caráter dos jovens e adolescentes. A sujeição e a conseqüente aceitação dos princípios dogmáticos contidos na doutrina cristã pregada na AD são tão intensas que os preceitos, valores e costumes disseminados no interior dos templos orientam as condutas e comportamentos dos jovens assembleianos no ambiente familiar, na escola ou mesmo no acesso à informação veiculada nos canais de informação de massa. Assim, a família torna-se uma instância reprodutora e potencializadora das práticas doutrinárias vigentes nos templos. A educação escolar é vista unicamente como um instrumento de ascensão social, enquanto que a mídia tem sido largamente utilizada, não no sentido de informar, mas no intuito de ampliar o seu poder simbólico, potencializar o espectro de disseminação da doutrina, bem como converter novos indivíduos às fileiras da AD.

Em síntese, a pesquisa revelou que, por um lado, existe uma perspectiva de que a AD permaneça orientada por um discurso de caráter apolítico e marcada pelo comportamento sectarista do seu quadro de adeptos e por uma postura autoritária de suas lideranças. Contudo, a incoercível aproximação com os valores laicos contemporâneos, vem diversificando e flexibilizando o processo de socialização política dos jovens assembleianos, mostrando que há uma sensível pré-disposição a mudanças nas estruturas reguladoras das relações internas e externas, impulsionadas, fundamentalmente, pelo acúmulo do nível escolar da atual geração em comparação com as gerações anteriores e pela conversão de boa parte das classes média e alta, o que tem colaborado, significativamente, para derrubar a máxima de que as vertentes evangélicas, sobretudo as pentecostais, sejam religiões “de pobres”.

### **Referências**

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (Org.). The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations. Boston & Toronto: Little, Brown and Co., 1963.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. The civic culture revisited. Boston & Toronto: Little, Brown and Co., 1980.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 53-99.
- AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- BAQUERO, Marcello. Um caminho “alternativo” no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, Marcello. (Org.). Democracia, Juventude e capital social no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BAQUERO, Marcello. Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BERGER, P. T.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. Opinião Pública, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004.
- BORDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set./dez. 2003.
- DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. SP: Melhoramentos, 1973.
- FRESTON, Paul. Pentecostalism in Latin America. In: Social Compass. Louvain: Groupe de Sciences Sociales des Religions, v.45, n. 3, p. 337, 1998.
- GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.
- MANNHEIM, Karl. Diagnóstico de nosso tempo. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. Juventude, medo e violência. Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise: novos e invisíveis laços sociais. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/referencias/juventude-medo-e-violencia>>. Acesso em: 07 dez. 2007.
- MORROW, Raymond Allen; TORRES, Carlos Alberto. Teoria social e educação: uma crítica das teorias da reprodução social e cultural. Portugal: Afrontamento, 1997. v. 10. 438 p. (Biblioteca das ciências do homem, ciências da educação).
- NAZZARI, Rosana K. Socialização política e capital social: empoderamento dos estudantes em Cascavel/PR. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS/ UFSC, 2007.
- NÉRI, Marcelo Côrtes (Coord.). Economia das religiões. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007. 51p.
- ORO, Ari Pedro (Org.). Debates do NER – IFCH/UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, ano 5, n. 6, 2004.
- POWER, T.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. Opinião Pública, v. 11, n. 1, p. 64-93, 2005.
- RENNÓ JR., Lucio R. Instituições, cultura política e lógica da desconfiança numa cidade brasileira. In: BAQUERO, Marcello (Org.). Desafios da democratização na América

Latina. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Canoas: Centro Universitário La Salle, 1999.

- SANTOS, A. L. Religião e Política: socialização e cultura política entre a juventude da Igreja Pentecostal Assembléia de Deus em Porto Alegre - RS. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Porto Alegre, 2008, 154 f.
- SCHIMIDT, João Pedro. Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- SCOTT, Russell Parry; CANTARELLI, Johnny. Jovens, religiosidade e aquisição de conhecimentos e habilidades entre camadas populares. Cadernos CRH, Salvador, v. 17, n. 42, p. 375-388, set./dez. 2004.
- SETTON, Maria da G. J. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, v. 28, n.1, 2002.
- SOUZA, Ayda Connia de. Socialização política: a família e a escola na formação das atitudes políticas dos adolescentes de Porto Alegre. 1983. 264 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Porto Alegre, 1983.
- SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. Última Década, CIDPA, Viña Del Mar, n. 20, p. 47-69, jun. 2004.